

Especial Empresa & Comunidade

Reduzir a distância entre teoria e prática

É preciso avaliar os resultados da responsabilidade social corporativa. Por **Maria Cecília Prates Rodrigues**

Coincidindo com a realização do último Fórum Econômico Mundial realizado em Davos (janeiro de 2005), a influente revista *The Economist* voltou a criticar a expansão do movimento da responsabilidade social corporativa (RSC). Lamentavelmente, só vê riscos nessa expansão: se, por um lado, vê como ameaça à lucratividade do setor privado, por outro lado, acredita que pode haver risco ao bem-estar público, razão de ser da própria existência do movimento.

Resumindo, o influente semanário fez um ataque incisivo aos pilares básicos de sustentação da RSC: é uma estratégia de gestão que já nasceu supérflua; não teve efetividade até o presente momento; tem um potencial perigoso de efeitos negativos tanto para os lucros quanto para o bem-estar social; e, o que é ainda pior, não há como prestar contas (accountability) dos seus resultados.

Não entrando aqui no mérito da discussão levantada pela revista quanto ao significado de RSC — sobre se tem ou não o mesmo sentido da tradicional empresa “bem administrada” —, o relevante é identificar que o movimento da RSC tem sofrido críticas importantes e, portanto, é preciso passar a prestar contas dos seus resultados. Até que ponto as iniciativas de RSC vêm contribuindo para os negócios da empresa e para o bem-estar dos seus stakeholders? Ou seja, até que ponto

essas iniciativas podem ser consideradas bem sucedidas do tipo ganha-ganha? A este respeito, faço algumas considerações.

Primeiro, com base na matriz de iniciativas de RSC 2X2 apresentada na *Economist*, certamente é preciso afastar a possibilidade de ocorrência dos dois tipos que implicam em redução dos lucros privados. Iniciativas assim podem ocorrer por diversas razões — os acionistas não têm conhecimento delas; os dirigentes desconhecem este efeito adverso para os negócios ou, mesmo conhecendo, são levados a adotá-las guiados por boas intenções ou motivos de auto-promoção. Evidentemente, elas devem ser abortadas o quanto antes, sob pena de por em risco a estabilidade das próprias empresas que as financiam. Desse modo, a avaliação dos resultados dessas iniciativas mostra-se fundamental para orientar essa tomada de decisão em âmbito corporativo — identificar de que modo elas estão beneficiando os negócios da empresa.

Segundo, também não há dúvidas de que as iniciativas do terceiro tipo, identificadas na revista por “RSC perniciosas”, devem ser evitadas. Pois, dito de modo figurado, elas representam propaganda enganosa por parte das empresas: não cumprem os benefícios que anunciam para os stakeholders-alvo, porém usufruem das vantagens para os negócios advindas de sua adoção. É nesse sentido que, visando o fortalecimento da RSC, Peter Utting, das

Nações Unidas, enfatiza a importância de se passar a mensurar resultados. Segundo ele, há que se reduzir a distância entre a retórica e a prática das empresas, isto é, entre o que elas dizem que fazem e o que realmente estão fazendo em prol dos seus stakeholders. Na linha do que diz Utting, fica claro que, para coibir iniciativas de RSC desse tipo, o foco da avaliação de resultados deve estar também na mensuração dos benefícios diretos gerados para os grupos de stakeholders da empresa.

Para Utting, até agora as empresas têm se mostrado “fortes” na avaliação de processos, com a elaboração de princípios, normas e códigos de conduta, porém “fracas” na avaliação de resultados. Ele cita que no caso das certificações ambientais, o que vem sendo avaliado até o momento é o processo de gestão da empresa em meio ambiente, e não os seus impactos ambientais — ou seja, se a empresa tem uma política ambiental, e não em que medida ela conseguiu reduzir as suas emissões e o uso de energia. Da mesma forma, é preciso passar a avaliar como as práticas sociais adotadas pela empresa estão beneficiando as condições de vida dos seus trabalhadores e da comunidade, ou mesmo contribuindo para o desenvolvimento / bem-estar dos seus fornecedores e clientes.

Terceiro, não é porque seja difícil mensurar os impactos sociais e ambientais das iniciativas de RSC que se vai abrir mão do



desempenho das empresas comprometido com o “triple bottom line”. Muito ao contrário, há que se envidar esforços nesse sentido. Há, sim, muitos desafios metodológicos pela frente, mas isto não pode ser motivo para desânimo. Nunca é demais lembrar que, apesar da contabilidade financeira já ser objeto de estudo há mais de um século, a apuração dos lucros ainda convive com problemas sérios como demonstraram os recentes escândalos de grandes multinacionais.

De modo a contribuir para a mensuração dos resultados das iniciativas de RSC, introduzi recentemente o método que tem por base os critérios da eficácia privada e da eficácia pública dessas ações. Parto da premissa de que as iniciativas de RSC devem

fazer parte do planejamento estratégico da empresa e, portanto, devem ter os seus objetivos previamente estabelecidos. Daí o compromisso primeiro da empresa deve ser com o alcance desses objetivos (critério de eficácia) e, posteriormente com o custo (critério da eficiência) e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Sob a ótica privada, a iniciativa de RSC é considerada eficaz se ela consegue atingir os objetivos esperados para os negócios da empresa. E sob a ótica pública, ela é considerada eficaz se consegue alcançar os objetivos anunciados pela empresa para o desenvolvimento e/ou bem-estar dos stakeholders-alvo dessa ação. Tornase aqui fundamental ouvir os stakeholders da empresa envolvidos com as iniciativas (direta ou indi-

retamente), procedimento este relegado a plano secundário até o momento. Ao aplicar estes critérios, as iniciativas de RSC do tipo “ganha-ganha”, consideradas como desejáveis, serão identificadas e estimuladas; as demais, ao serem identificadas, deverão ser corrigidas ou abortadas.

Enfim, procurei mostrar que, agora, mais do que nunca é preciso evoluir para a avaliação dos resultados das iniciativas de RSC. Não dá mais para ficar restrito à avaliação dos processos de gestão. Só o conhecimento desses resultados é que pode vir a dar credibilidade ao movimento da RSC, fazendo calar os seus mais ferrenhos críticos.

Maria Cecília Prates Rodrigues é consultora e doutora pela FGV/EBape.

Website flutuante leva tecnologia pelo Amazonas

Evaldo Mocarzel
Para o Valor, de São Paulo

Mais do que um programa de inclusão digital, uma plataforma de comunicação da Amazônia com o resto do mundo. A idéia é do cineasta Jorge Bodanzky, um dos criadores do projeto Navegar Amazônia. Ele negocia com o Ministério da Cultura para que seu projeto de um canal móvel de TV digital volte a circular numa embarcação pelos rios da região ainda neste semestre.

"O objetivo do Navegar não é apenas dar instrumentos a quem não tem acesso à internet", diz o veterano cineasta de 61 anos, diretor de títulos seminiais do cinema brasileiro, como "Iracema - Uma Transamazônica", o primeiro filme a exibir imagens das queimadas na região. A intenção de Bodanzky é promover uma inclusão total com o mundo ligado à internet. A produção de conteúdos vai desde o turismo ecológico até o resgate de tradições locais das populações ribeirinhas. "Estamos dando a elas uma plataforma tecnológica para a produção de textos, conteúdos audiovisuais, fotografia, música, dança, desenho animado, videoconferências, enfim, intercâmbio permanente com as outras comunidades da Amazônia e com o resto do mundo", explica.

O projeto Navegar Amazônia é um website flutuante que vai percorrer os principais rios utilizados pela população nos Estados do Pará, Amapá e Amazonas. "Temos a intenção de estender o programa para outros Estados, como o Acre", ressalta o cineasta. A trajetória do barco será pelo rio Amazonas e seus afluentes.

Com design típico das embarcações da região, o Navegar tem três pavimentos e um moderno laboratório de tecnologia da informação, com ar refrigerado e sete computadores desktop e um laptop. Todos ligados a scanners, webcâmeras, câmeras digitais, filmadoras e impressoras, com capacidade para oito técnicos trabalharem simultaneamente.

"O barco também está equipado com um sistema de videoconferência e geração de programas de TV digital, com o quais o espectador pode interagir, como se fosse na internet, com seu mouse", explica Bodanzky. "A nossa intenção é ajudar a fortalecer a cultura local num mundo cada vez mais intermetizado, através do registro e da difusão dessas experiências regionais na web", afirma o cineasta. A idéia é capacitar os agentes sócio-culturais da região e difundir informações e serviços a todos os cidadãos da Amazônia. Bodanzky lembra que o Navegar Amazônia é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

Tudo começou em 1996, quando o cineasta foi convidado pelo Ministério do Meio Ambiente para fazer uma enciclopédia em CD-Rom sobre a Amazônia. Bodanzky acabou conhecendo o trabalho de desenvolvimento sustentável que estava sendo realizado no Amapá pelo então governador Alberto Capiberibe, que também era parceiro no projeto do Ministério do Meio Ambiente. O cineasta foi então convidado a produzir, além do CD-Rom, um site sobre o Amapá. "Nesse período, conheci o José Roberto Lacerda Ramos, que era presidente do Centro de Processamento de Dados do Amapá (Prodap) e se tornou meu grande parceiro. Naquela época, nós ficávamos sentados na beira do rio Amazonas, em Macapá, vendo os barcos passando e, de repente, surgiu a idéia de equipar uma daquelas embarcações com tecnologia de última geração", lembra. Há oito anos, observa ele, o Estado do Amapá não tinha nem provedor. "Ficamos sonhando com aquela possibilidade: um barco regional com acesso à internet. O Prodap acabou montando esse barco, o Navegar, e ele funcionou durante dois anos, em 2000 e 2001, fazendo o trajeto de 12 horas entre Macapá e o arquipélago Bailique, na foz do rio Amazonas".

Inicialmente, o barco serviu de suporte para vários programas do

governo de Alberto Capiberibe. As negociações com o Ministério da Cultura para que o barco volte a navegar estão sendo conduzidas por Jorge Bodanzky e pelo produtor-executivo do projeto, Aldo Wandersman. "A embarcação vai principalmente às vilas ribeirinhas, abrindo canais de comunicação com o resto do mundo, atividades culturais, documentários sobre as tradições locais, entre muitas outras possibilidades. As pessoas serão capacitadas e vão aprender a se filmar. A intenção é que as pessoas transmitam a própria imagem, a própria cultura. Tudo disponível em banda larga, ao vivo e em arquivos num canal de TV digital móvel transitando pela Amazônia", explica.

Bodanzky comenta que o objetivo é também interagir com atividades existentes nas regiões e colocadas em práticas por ONGs, escolas, associações, etc. "Vamos acrescentar a tudo isso o nosso know-how, a nossa tecnologia", diz. "Vamos ajudar a preservar manifestações folclóricas, tradições locais e disponibilizá-las em arquivos. Vamos chegar numa região estagnada no século 19 e trazer a tecnologia de ponta do século 21".

Ele adverte que o Navegar não é um "barco-escola". A idéia é trabalhar em parceria com as escolas, recebendo e fornecendo conteúdos. Mas o barco "é essencialmente uma plataforma de comunicação com o resto do mundo", insiste. A embarcação funciona também como um laboratório de tecnologia. A tecnologia do Navegar também estará aberta a projetos de voluntariado, universidades, ONGs, órgãos públicos e a todo tipo de entidade que esteja fazendo trabalhos voltados para a cultura amazônica.

"Por exemplo: se o Ministério de Recursos Hídricos quiser utilizar a tecnologia do barco para fazer análise das águas dos rios da região, o Navegar estará aberto a esses pesquisadores", diz. A embarcação terá uma equipe com cerca de 10 pessoas, mas tem capacidade para 20 tripulantes.

Conferência Internacional
Empresas e Responsabilidade Social
2005 - São Paulo - Brasil

FULL JAZZ/PLANETA TERRA

A Conferência promovida pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em sua sétima edição, agora é internacional. Este novo posicionamento visa ampliar o número de participantes do mundo inteiro e compartilhar experiências e dilemas de outros países, proporcionando contatos, intercâmbio e vivências mais amplas e abrangentes.

Neste início de século, a ameaça de um colapso da situação social e ambiental do planeta cresce dia a dia. Para discutir esta situação, elegemos o tema **Parcerias para uma sociedade sustentável** como fio condutor de todas as atividades da Conferência, que abordará, durante os quatro dias de evento, questões como Ética, Relações de Trabalho, Meio Ambiente e Consumo, entre outras.

Para obter mais informações sobre o evento, conhecer a programação e fazer sua inscrição, acesse o site www.ethos.org.br.

PARTICIPE. AJUDE A FAZER DO MUNDO UM LUGAR MELHOR PARA VIVER E CONVIVER.

7 a 10 de junho de 2005 | Hotel Transamérica São Paulo

Realização

ETHOS

EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL RESPONSIBILITY

Parceiro

PNUD Brasil

Apoio

Valor